

## INDICE

NOTA PRÉVIA	5
<b>CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO</b>	7
1. A “ciência total do direito penal” e o direito processual penal	7
1.1. O direito processual penal, o direito penal e o direito penal executivo	8
1.2. O direito processual penal, a criminologia e a política criminal	11
2. As finalidades do processo penal	14
3. A conformação jurídico-constitucional do processo penal português	16
4. A estrutura do processo penal português	20
4.1. O Código de Processo Penal de 1929	20
4.2. O Código de Processo Penal de 1987 – processo penal de estrutura acusatória integrado por um princípio de investigação	21
<b>CAPÍTULO II. O DIREITO PROCESSUAL PENAL E A SUA APLICAÇÃO</b>	23
1. A interpretação e a integração da lei processual penal	23
2. A aplicação da lei processual penal no espaço	24
3. A aplicação da lei processual penal quanto às pessoas	25
4. A aplicação da lei processual penal no tempo	26
<b>CAPÍTULO III. PARTICIPANTES E SUJEITOS PROCESSUAIS</b>	29
1. Tribunal (juiz)	29
2. Ministério público	34
3. Arguido e suspeito	36
4. Defensor	44
5. Assistente e ofendido	47

6. Partes civis	53
7. Órgãos de polícia criminal	55

#### CAPÍTULO IV. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM – A FASE DE INQUÉRITO

1. Princípios gerais da promoção processual	59
1.1. Princípio da oficialidade	60
1.2. Princípio da legalidade	65
1.3. Princípio da acusação	71
2. Princípios gerais da prossecução processual	73
2.1. Princípio do contraditório	74
2.2. Princípio da suficiência	76
3. A fase de inquérito	78
3.1. Abertura	78
3.2. Finalidade, direção e atos do ministério público	80
3.3. Encerramento	83
3.3.1. Despacho de arquivamento	85
3.3.2. Despacho de acusação	86
3.3.3. Alternativas ao despacho de acusação	88
3.3.4. Controlo da decisão de arquivar ou de acusar	93

#### CAPÍTULO V. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM – A FASE DE INSTRUÇÃO

1. Abertura	95
2. Finalidade	98
3. Direção e conteúdo	101
4. Encerramento	103
5. Irrecorribilidade	105

#### CAPÍTULO VI. MEIOS PROCESSUAIS

1. Meios processuais	109
2. Meios de obtenção da prova e meios de prova	110
2.1. Meios de obtenção da prova	111
2.2. Meios de prova	119
3. Medidas cautelares e de polícia	128
4. Detenção	131
5. Medidas de coação	134
5.1. Princípios de aplicação	135
5.2. Condições de aplicação	143
5.3. Modos de impugnação. O recurso e a providência de <i>habeas corpus</i>	150

6. Medidas de garantia patrimonial	150
CAPÍTULO VII. A TRAMITAÇÃO DO PROCESSO PENAL COMUM – A FASE DE JULGAMENTO	157
1. Tribunal competente para o julgamento	157
2. Atos preliminares	162
3. Princípios gerais	163
3.1. Princípio da investigação	163
3.2. Princípio da legalidade da prova	165
3.3. Princípio da livre apreciação da prova	168
3.4. Princípio <i>in dubio pro reo</i>	171
3.5. Princípio da publicidade	174
3.7. Princípios da oralidade e da imediação	178
3.8. Princípio da concentração	182
4. Alteração dos factos e alteração da qualificação jurídica	185
5. A presença do arguido na audiência de julgamento	191
6. A sentença	196
CAPÍTULO VIII. IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES – RECLAMAÇÃO E RECURSO	199
1. Impugnação das decisões – reclamação e recurso	199
2. Recursos ordinários	200
2.1. Princípios	201
2.2. Poderes de cognição	210
3. Recursos extraordinários	213
BIBLIOGRAFIA	217